

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	2
5.3 - Descrição - Controles Internos	3
5.4 - Alterações significativas	4

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	5
10.2 - Resultado operacional e financeiro	8
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	9
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	10
10.5 - Políticas contábeis críticas	11
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	13
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	14
10.8 - Plano de Negócios	15
10.9 - Outros fatores com influência relevante	16

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

5.1 DESCRIÇÃO DOS PRINCIPAIS RISCOS DE MERCADO

O ramo de construção é bastante competitivo.

Basicamente todas as obras e serviços são contratados através de licitações ou de concorrências.

Desta forma, para se manter no mercado é necessário apresentar orçamentos com preços que garantam êxito numa licitação / concorrência e executar a obra ou serviço dentro dos valores orçados e dos prazos contratados.

Riscos Cambiais

A Companhia e a sua controlada não possuem dívidas ou créditos em moeda estrangeira.

Riscos de Taxa de Juros

A companhia e a sua controlada estão sujeitas a variação dos valores da taxa de juros, principalmente às relacionadas com CDI nos financiamentos bancários e taxas SELIC e TJLP para os parcelamentos de débitos fiscais, principalmente em momentos de crise econômica nacional e/ou global.

Mercado de Construção

A ATSA está apta a trabalhar neste mercado, o qual deverá ter uma grande demanda de serviços nos próximos anos. Mas, como já foi declarado, é necessário se ter preços competitivos para ser vencedor no processo licitatório de cada demanda governamental.

Mercado de Montagem Eletromecânica

Nos últimos anos, a controlada ATE ganhou espaço no mercado por ter vencido concorrências de vulto na PETROBRAS e COMGÁS.

O risco se apresenta quando não se consegue acompanhar os preços dos concorrentes nas sucessivas licitações ou se os Clientes diminuem o ritmo de seus investimentos.

Mercado de Furo Direcional e Perfuração e Completação de Poços

- Furo Direcional

A demanda destes serviços depende da implantação de projetos de dutos pelos seus Clientes notadamente Concessionárias de gás e PETROBRAS.

- Perfuração e Complementação de Poços

Este segmento é bastante influenciado pela estratégia da Petrobras em realizar investimentos em produção terrestre. Assim sendo, o risco deste segmento está relacionado com a política de investimentos deste Cliente e também com a sua política de preços. Por outro lado, a experiência adquirida pela controlada ATE na perfuração, completação, limpeza e restauração de poços para petróleo lhe garante capacidade para operar também em poços profundos de água, sal e mineração em geral.

Mercado imobiliário

Apresenta-se como uma nova alternativa de negócios para a controlada ATE, através de suas subsidiárias na formatação de SPEs (Sociedade de Propósito Específico). Os empreendimentos imobiliários para terem sucesso irão depender de estarem em sintonia com as demandas da população, que varia conforme o momento econômico em que se encontra o País. O aumento da taxa de juros pode afastar potenciais compradores por encarecer as linhas de financiamento da casa própria. A empresa já possui um estoque razoável de terrenos, o que lhe dá uma condição competitiva nesse mercado imobiliário.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**5.2 Política de Gerenciamento de Riscos**

A Gestão de Riscos da Companhia e da sua controlada está focada na continuidade da execução da obra, evitando a sua interrupção, mesmo temporária, fato este que poderia ter reflexos negativos na lucratividade da empresa, além de expô-la a questões jurídicas dos seus Clientes.

Assim é que, no planejamento das obras, realizam-se análises de riscos de todas as atividades que tenham possibilidades, mesmo remotas, de provocar acidentes e, por consequência, a paralisação de serviços. Com base no levantamento dos potenciais pontos de riscos, procedimentos são desenvolvidos e implementados de modo a evitar as suas ocorrências.

Treinamentos intensivos e permanentes são realizados com o objetivo de promover comportamentos e ambientes de trabalho seguros e de evitar que empregados próprios e terceirizados sejam acidentados, através da atuação vigilante do Setor de Segurança do Trabalho.

Na etapa de planejamento da obra também se faz a análise de riscos ambientais e de atendimento à legislação aplicável, pelo Setor de Meio Ambiente. Os Clientes da controlada, por serem organizações de grande porte, trabalham em conjunto com a empresa de modo a evitar a ocorrência de danos ambientais.

Interrupções no ritmo da obra provocadas por condições atmosféricas fazem parte da natureza dos serviços de construção. Recentemente a controlada tem conseguido, em alguns casos, negociar os dias parados devidos a chuvas junto a alguns Clientes.

Paralelamente são tomadas providências preventivas para que os recursos para a obra (pessoal, materiais e equipamentos) sejam disponibilizados conforme a demanda do cronograma físico da obra.

A Companhia e a controlada têm cadastro atualizado em variados fornecedores para diversificar a aquisição de materiais, diluindo a dependência de suprimentos. O mesmo acontece para compra ou aluguel de equipamentos.

O relacionamento da Seção Financeira da ATSA e da controlada com a rede bancária, que dá suporte às necessidades de capital de giro das obras, está pautado por uma postura de franqueza, através de comunicações com antecedência de qualquer evento que possa interferir nas cláusulas contratuais do empréstimo, o que proporciona condições de financiamento estáveis e de rápido atendimento, em épocas de estabilidade econômica.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos**5.3 Alterações significativas**

Em relação ao último exercício social, observou-se uma maior ocorrência de greves dos trabalhadores de construção civil. A Companhia tem que estar alerta para esta realidade.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Alterações significativas

5.4 Outras inf. relev. – Riscos de mercado

Não se tem outras informações relevantes sobre Riscos de Mercado a serem apresentadas.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**10.1 CONDIÇÕES FINANCEIRAS E PATRIMONIAIS**

Os diretores devem comentar sobre:

a. condições financeiras e patrimoniais gerais:

O Patrimônio Líquido da ATSA atingiu, em 31/12/2014 o montante de R\$ 45.171 mil contra R\$ 39.981 mil em 31/12/13 representando crescimento de 12,9 %. O quadro abaixo mostra a evolução positiva do PL em relação aos anos anteriores:

Anos	R\$ mil
2010	21.581
2011	29.658
2012	32.153
2013	39.981
2014	45.171

Os débitos fiscais relativos ao Programa de Recuperação Fiscal – REFIS - I no valor de R\$ 44.590 mil (R\$ 44.981 mil em 2013), são os passivos mais relevantes da Companhia. Pelo artigo 14º da Lei nº 9964, de 10/04/2000, que instituiu o REFIS, as suas obrigações decorrentes dos débitos incluídos no programa não serão consideradas na determinação de índices econômicos para licitações públicas e em operações de financiamento junto às instituições financeiras oficiais federais.

A partir de junho/14, a Companhia, atendendo solicitação da Receita Federal, adequou a parcela do REFIS, de tal modo que o prazo para quitação do débito não ultrapassasse 50 anos desde sua adesão ao programa. Deste modo, o prazo máximo ficou estabelecido para 28/02/2050. O valor da parcela está sendo calculado, a partir de 30/06/14, dividindo-se o saldo do extrato do REFIS, incluindo a TJLP do mês, pelo número de parcelas faltantes para o prazo final (429 parcelas em 30/06/14).

As despesas financeiras de R\$ 1.163 mil (contra R\$1.138 mil em 2013), geradas principalmente pelo seu passivo fiscal, incluído no REFIS, continuam a impactar o resultado da Companhia, sem, no entanto, afetar o seu fluxo de caixa.

A Diretoria entende que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para cumprir as suas obrigações de curto e médio prazo, mesmo considerando a atual situação de escassez de linhas de financiamento, de âmbito generalizado.

b. estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando**i. hipóteses de resgate:**

Não se aplica.

ii. fórmula de cálculo do valor de resgate:

Não se aplica.

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos:

A Diretoria acredita que, apesar das atuais condições econômicas do País, a Companhia e a sua controlada Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. terão capacidade de honrar seus compromissos financeiros.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas:**

No exercício de 2014 a Companhia não se utilizou de linhas de capital de giro e para investimentos enquanto que a sua Controlada utilizou financiamentos bancários principalmente do BANCO DO BRASIL, BRADESCO e HSBC.

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez:

No exercício de 2014 a Companhia não se utilizou de linhas de capital de giro e financiamento. Para o exercício de 2015 as necessidades de capital de giro poderão ser atendidas por linhas de financiamento de curto prazo, tais como adiantamento de recebíveis e créditos rotativos, garantidos pelos créditos decorrentes dos próprios contratos de prestação de serviços que vierem a ser celebrados.

Ver itens 10.10.a.i e a.ii.

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

O principal débito da Companhia refere-se à dívida para com o REFIS - I Federal registrado no Passivo Circulante e no Exigível a Longo Prazo, em 31/12/14 nos montantes de R\$ 1.268 mil e R\$ 43.322 mil, respectivamente, totalizando R\$ 44.590 mil contra R\$ 44.981 mil verificado no ano anterior.

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes:

A Companhia não possui contratos de empréstimos e financiamentos.

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras:

A Companhia não possui.

iii. grau de subordinação entre as dívidas:

Não aplicável

iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário:

A ATSA não possui restrições em relação ao acima citado. Vale, contudo, registrar que sendo optante pelo REFIS, a Companhia possui bens imóveis arrolados no âmbito daquele parcelamento.

g. limites de utilização dos financiamentos já contratados:

Não aplicável.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras:**

Em 30/04/14, foi realizada Assembléia Geral Extraordinária que aprovou a redução do Capital Social da Companhia, no valor de R\$ 25.849 mil, mediante a absorção integral do saldo de prejuízos acumulados em 31/12/2013.

O quadro, a seguir, mostra a evolução da queda dos prejuízos acumulados e a subsequente apuração de lucros retidos:

Prejuízos Acumulados / Lucros Retidos – ATSA em R\$ mil					
Rubrica / ano	2010	2011	2012	2013	2014
(Prejuízos Acum.) / Lucros Retidos	(50.841)	(42.764)	(33.585)	(25.849)	4.875

Em 2014, a Receita Bruta alcançou o valor de R\$ 61.652 mil (R\$ 37.967 mil em 2013), através da prestação de serviços para a Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. (ATE) e de execução de obras para a Prefeitura da Cidade de São Paulo, Prefeituras dos Municípios de Barueri e de Mogi das Cruzes, Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM e DER-SP.

O incremento da receita bruta em 2014, em relação a 2013, foi de 62,4%.

O lucro líquido foi de R\$ 7.075 mil contra um resultado de R\$ 7.678 mil em 2013.

A influência da Equivalência Patrimonial da controlada ATE que foi de R\$ 2.664 mil em 31/12/14 contra R\$ 1.387 mil em 31/12/13.

O quadro abaixo mostra o comportamento do Lucro Líquido nos últimos anos:

Lucro Líquido – ATSA em R\$ mil					
Rubrica / ano	2010	2011	2012	2013	2014
Lucro Líquido	16.169	8.077	8.793	7.678	7.075

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**10.2 RESULTADO OPERACIONAL E FINANCEIRO**

Os diretores devem comentar:

a. resultados das operações do emissor, em especial

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita:

Ver item 10.1, letra "h".

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais:

Têm-se, de um lado favorável, a influência da Equivalência Patrimonial da controlada ATE e a contratação de novas obras e no aspecto desfavorável, têm-se as despesas financeiras do REFIS.

b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços:

Não aplicável.

c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor:

No exercício de 2014, os impactos acima indicados não foram relevantes diante do perfil da empresa.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

10.3 EFEITOS RELEVANTES NAS DF'S

Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a. introdução ou alienação de segmento operacional:

Ver item 10.10.a.iii.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária:

Não houve.

c. eventos ou operações não usuais:

Não houve.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**10.4 MUDANÇAS PRÁTICAS CONTAB. E RESSALVAS E ÊNFASES**

Os diretores devem opinar:

a. mudanças significativas nas práticas contábeis

b. efeitos significativos das alterações em práticas contábeis:

As práticas contábeis incorporaram as alterações trazidas pelas leis 11.638/07 e 11.941/09. Com o advento da Lei 11.638/07, que atualizou a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade (Internacional Financial Reporting Standards – “IFRS”), novas normas e pronunciamentos técnicos contábeis vêm sendo expedidos em consonância com os padrões internacionais de contabilidade pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. Durante 2009 foram emitidos novos pronunciamentos técnicos (CPCs) e interpretações técnicas (ICPCs) pelo CPC, aprovados por deliberações da CVM, para aplicação mandatória a partir de 2010.

As Demonstrações Financeiras do Consolidado foram preparadas conforme Normas Internacionais de Relatório Financeiro (*IFRS*) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que seguem os Pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Padronização Contábil – CPC's. As demonstrações financeiras individuais, apresentadas em conjunto com o consolidado, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Não houve efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

c. ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor:

O Relatório da Boucinhas, Campos & Conti Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014 não apresentou ressalvas e nem ênfases.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas**10.5 POLÍTICAS CONTÁBEIS CRÍTICAS**

Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros:

Contingências

As provisões de contingências foram constituídas levando em consideração a estimativa de valores, para os casos em que advogados da Companhia (externos e internos) entenderam que são prováveis ou possíveis as expectativas de perda, estando alguns destes garantidos por penhora de bens ou depósito judiciais.

Não foram provisionadas as contingências cujas probabilidades de perda foram consideradas como remota. Em 31/12/2014 as provisões constituídas para a Companhia no valor de R\$ 2.000 mil e R\$ 4.600 mil no Consolidado foram consideradas suficientes para cobrir as perdas prováveis decorrentes desses processos.

Prejuízo Fiscal do Imposto de Renda e Base Negativa da Contribuição Social

Em 31/12/14, não houve Prejuízo Fiscal do Imposto de Renda e Base Negativa de Contribuição Social. A Companhia possui Prejuízos Fiscais do Imposto de Renda e Base Negativa de Contribuição Social, relativos aos exercícios de 2000 a 2008, no montante de R\$ 73.349 mil, gerando um crédito de R\$ 12.469 mil, para ser compensado com lucros tributáveis futuros. Até 31/12/14, foram utilizados R\$ 4.767 mil desse crédito, incluídos R\$ 2.544 mil cedidos em 30/10/14 para a controlada ATE quitar o REFIS – IV. Resta um saldo reconhecido em 31/12/14 de R\$ 7.702 mil, incluindo os R\$ 1.889 mil ativados em 2012 por conta da provisão de IR e CS sobre a Reavaliação de Imóveis.

Histórico do reconhecimento do crédito fiscal:

Em 31/12/11, foram reconhecidos R\$ 2.400 mil desses créditos, baseado em estudo de viabilidade. Em 31/12/12, em função da provisão de IR e CS sobre a Reavaliação de Imóveis, foram reconhecidos R\$ 1.889 mil. Também, em 31/12/12, baseado em estudo de viabilidade feito em revisão ao estudo de 31/12/11, foram reconhecidos mais R\$ 2.600 mil. Em 31/12/13, baseado em novo estudo de viabilidade em revisão ao de 31/12/12, foram reconhecidos mais R\$ 3.957 mil. Total em 31/12/13 de R\$ 10.846 mil.

Não existe mais saldo para ser reconhecido no Resultado.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticasContingências

As provisões de contingências foram constituídas levando em consideração a estimativa de valores, para os casos em que advogados da Companhia (externos e internos) entenderam que são prováveis ou possíveis as expectativas de perda, estando alguns destes garantidos por penhora de bens ou depósito judiciais.

Não foram provisionadas as contingências cujas probabilidades de perda foram consideradas como remota. Em 31/12/2014 as provisões constituídas para a Companhia no valor de R\$ 2.000 mil e R\$ 4.600 mil no Consolidado foram consideradas suficientes para cobrir as perdas prováveis decorrentes desses processos.

Prejuízo Fiscal do Imposto de Renda e Base Negativa da Contribuição Social

Em 31/12/14, não houve Prejuízo Fiscal do Imposto de Renda e Base Negativa de Contribuição Social. A Companhia possui Prejuízos Fiscais do Imposto de Renda e Base Negativa de Contribuição Social, relativos aos exercícios de 2000 a 2008, no montante de R\$ 73.349 mil, gerando um crédito de R\$ 12.469 mil, para ser compensado com lucros tributáveis futuros. Até 31/12/14, foram utilizados R\$ 4.767 mil desse crédito, incluídos R\$ 2.544 mil cedidos em 30/10/14 para a controlada ATE quitar o REFIS – IV. Resta um saldo reconhecido em 31/12/14 de R\$ 7.702 mil, incluindo os R\$ 1.889 mil ativados em 2012 por conta da provisão de IR e CS sobre a Reavaliação de Imóveis.

Histórico do reconhecimento do crédito fiscal:

Em 31/12/11, foram reconhecidos R\$ 2.400 mil desses créditos, baseado em estudo de viabilidade. Em 31/12/12, em função da provisão de IR e CS sobre a Reavaliação de Imóveis, foram reconhecidos R\$ 1.889 mil. Também, em 31/12/12, baseado em estudo de viabilidade feito em revisão ao estudo de 31/12/11, foram reconhecidos mais R\$ 2.600 mil. Em 31/12/13, baseado em novo estudo de viabilidade em revisão ao de 31/12/12, foram reconhecidos mais R\$ 3.957 mil. Total em 31/12/13 de R\$ 10.846 mil.

Não existe mais saldo de crédito para ser reconhecido no Resultado.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs**10.6 CONTROLES INTERNOS**

Com relação aos controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, os diretores devem comentar:

a. grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las:

A Companhia entende que a eficiência de seus controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis é satisfatória e está atenta às novas tecnologias e investe em seus controles internos a fim de aprimorá-los e mantê-los em linha com as práticas atuais de mercado, através do seu Sistema de Gestão Integrada –SGI e também pela atuação permanente da Auditoria Interna.

b. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente:

A Auditoria externa emite opinião sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia. Neste contexto, a Boucinhas, Campos & Conti Auditores Independentes realiza avaliação dos controles internos, emitindo Cartas de Recomendações. A Diretoria da Companhia e a da sua controlada acompanham a implantação das citadas Recomendações.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados

10.7 DESTINAÇÃO DE RECURSOS DE OFERTAS PÚBLICAS

Caso o emissor tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários, os diretores devem comentar:

a. como os recursos resultantes da oferta foram utilizados:

Não aplicável.

b. se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição:

Não aplicável.

c. caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios:

Não aplicável.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios**10.8 ITENS RELEVANTE NÃO EVIDENCIADOS NAS DFS'**

Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:

A Companhia não possui ativos, passivos ou compromissos que não tenham sido apresentados nas Demonstrações Financeiras Consolidadas.

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras:

Não há outros itens relevantes não evidenciados nas Demonstrações Financeiras.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante**10.9 COMENTÁRIOS SOBRE ITENS NÃO EVIDENCIADOS**

Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8, os diretores devem comentar:

a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor:

Não aplicável.

b. natureza e o propósito da operação:

Não aplicável.

c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação:

Não aplicável.